AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

SC20037 -131/131/34/12

CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
Vigésima Nona Sessão Ordinária
3 - 4 de Julho de 2017
Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/11(XXIX)
Original: Inglês

REPÚBLICA DAS MAURÍCIAS

RELATÓRIO INTERCALAR SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2063

Prefácio

Agenda 2063

A Agenda 2063 reflecte a visão de África do seu desenvolvimento socioeconómico e estabelece um plano de acção para o alcance desta visão.

O ponto central desta Agenda é a concretização de uma África integrada, próspera e pacífica conduzida pelos seus próprios cidadãos.

Agenda 2063 consolida o Plano de Acção de Lagos, o Tratado de Abuja e a Nova Parceria A para o Desenvolvimento de África (NEPAD) - sendo iniciativas continentais chave - na superação dos novos desafios que o continente enfrenta perante um cenário global não definitivo.

As Principais Aspirações

A Agenda 2063 centra-se em sete aspirações ambiciosas que abarcam a prosperidade, unidade, governação, paz e segurança, cultura, mulheres e jovens, bem como parcerias e que espera-se que irão transformar o continente Africano até o ano centenário de 2063. As referidas aspirações são as seguintes:

Aspiração 1: **Uma África próspera com base no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável;**

Aspiração 2: **Um continente integrado, unido politicamente com base nos ideais do pan-africanismo e da visão do renascimento de África;**

Aspiração 3: **Uma África caracterizada pela boa governação, democracia, pelo respeito dos direitos humanos, pela justiça e pela primazia da lei;**

Aspiração 4: **Uma África pacífica e segura;**

Aspiração 5: **Uma África com uma identidade cultural forte, um património comum, e valores e ética compartilhados;**

Aspiração 6: **Uma África cujo desenvolvimento é impulsionado pelas pessoas, alicerçado nas potencialidades oferecidas pelos povos africanos, particularmente pelas mulheres e os jovens, e cuidar de crianças;**

Aspiração 7: **Uma África que seja um parceiro e actor mundial forte, unido, resistente e influente.**

Calendário

A Agenda 2063 foi formulada em 2013, durante o 50º aniversário da fundação da Organização da Unidade Africana (OUA) durante a Cimeira da UA de Maio de 2013.

A Agenda 2063 foi adoptada formalmente durante a Cimeira da União Africana de Janeiro de 2015 em Adis Abeba.

Enquanto a Agenda 2063 é uma visão para os próximos 50 anos, a sua implementação é efectuada em cinco planos decenais

O Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 compreende 13 projectos acelerados ou emblemáticos:

- Rede Integrada de Linha Férrea de Alta Velocidade: Tem por objectivo conectar todas as capitais e centros comerciais africanos;

- Universalidade virtual Pan-Africana: Concebida para aceleração do desenvolvimento do capital humano, ciências e tecnologia e Inovação;

- Estratégia Africana sobre os Produtos de base: tem por objectivo capacitar os países africanos a conceber um sector de bens primários vibrante, sustentável em termos sociais e ambientais;

- Fórum Africano Anual: concebido para reunir a liderança política de África, os sectores privado, académico e a sociedade civil para debater em torno da Agenda 2063;

- A Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC): Tem por objectivo, entre outros, duplicar o comércio intra-Africano até 2022, reforçar a voz comum de África nas negociações internacionais em matéria de comércio e operacionalizar o Banco Africano para o Investimento (2025), bem como as Bolsas de valores Pan-Africana;

- O passaporte africano e a livre circulação das pessoas: tem por objectivo acelerar a integração continental por meio da elevação da livre circulação de todos os cidadãos Africanos provenientes de todos os países africanos até 2018;

- Silenciamento das armas até 2020: Tem por objectivo pôr fim a todas as guerras, conflitos e violações dos direitos humanos;

- Barragem do Grande Inga: Tem por objectivo fomentar a produção energética de África;

- Rede electrónica Pan-Africana: Concebida para transformar aplicações e serviços electrónicos;

- Programa Africano de Espaço Cósmico: Tem por objectivo promover o desenvolvimento africano em vários domínios, incluindo, agricultura, gestão de calamidades, teledetecção, previsão atmosférica banca e Finanças, defesa e segurança;

- Mercado Único dos Transportes Aéreos Africano: Tem por objectivo de constituir um Mercado Único dos Transportes Aéreos Africano, que visa agilizar os transportes aéreos em África;

- Instituições financeiras do continental africano: Tem por objectivo acelerar a integração e o desenvolvimento socioeconómico do continente. As instituições incluem o Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano e o Banco Africano para o Investimento;

- Grande Museu de África: O Museu, será estabelecido em Argel, Argélia, foi inscrito nos projectos emblemáticos em Julho de 2016.

O desenvolvimento do plano decenal tem por finalidade:

- Identificar áreas prioritárias, definir alvos específicos, definir estratégias e medidas de política requerida para implementar o primeiro plano decenal da Agenda 2063;

- Levar a bom termo os programas e iniciativas aceleradas contidas nas Decisões de Malabo da UA, com vista a conferir maior celeridade e avanço, em prol da transformação económica e social de África;

- Prestar informação a todos os principais actores aos níveis nacional, regional e continental dos resultados esperados / resultados finais para os primeiros dez anos do plano e dos papéis;

- Atribuir responsabilidades a todos os actores na implementação, monitorização e avaliação;

- Definir as estratégias requeridas com vista a assegurar a disponibilidade de recursos e capacidade juntamente com a participação dos cidadãos na implementação do Primeiro Plano Decenal.

Abordagem Inovadora sobre a Agenda 2063

- Abordagem ascendente: Houve consultas abrangentes sobre os cidadãos Africanos. Isto eleva o sentido de propriedade de ambos os processos e resultados finais da iniciativa de possuir uma agenda continental para a

transformação socioeconómico. Não se trata de um trabalho de burocratas, mas sim de uma Agenda conduzida pelas vozes do povo africano, indicando a África *Que Querem;*

- Orientação para os resultados, objectivos, metas e estratégias foram definidas no âmbito de cada área de aspiração para os actores/níveis nacional, regional e continental. Os alvos servirão de base para a responsabilização dos actores em relação ao seu desempenho;

- Monitorização e Avaliação / Responsabilização: Há a componente de monitorização e Avaliação que visa assegurar que as actividades programadas, resultados intermédios, resultados finais, estejam bem encaminhados para o alcance da avaliação intercalar, que servirá de bases para o realinhamento com os programas. Os papéis de responsabilização serão harmonizados e os resultados finais do processo de monitorização e avaliação serão usados para gerir o relacionamento de responsabilização;

- Coerência e Espaço de Políticas: Pela primeira vez, todas as iniciativas regionais e continentais foram colocadas ao abrigo de uma única estrutura. Espera-se que a integração irá elevar a consistência, superar a sobreposição de políticas e a redundância e criar espaço para a gestão da diversidade e exclusividade a nível da UA;

- Financiamento/Parcerias: Uma Estratégia de Mobilização de Recursos concebida identificou áreas chave de intervenção e as suas opções de financiamento afins. Os passos subsequentes serão tomados para operacionalizar as estratégias/instrumentos de financiamento identificados. As estratégias para a expansão/optimização das parcerias relacionadas com a Agenda 2063, foram concebidas e serão implementadas;

- Estratégia de Comunicação: Apesar de os quadros anteriores terem sido conhecidos apenas pelos burocratas, a Agenda 2063 será orientada e de titularidade do povo. Uma Estratégia de Comunicação foi concebida para implementação;

- Capacidade: Um factor de sucesso para a implementação da Agenda 2063, é a capacidade dos indivíduos e das instituições de desempenhar o seu papel na transposição para os ordenamentos jurídicos nacionais da Agenda 2063. O Estudo de Avaliação da Capacidade está a ser conduzido para superar as necessidades em termos de capacidade das instituições a nível do continente e das regiões; isto será posteriormente extensivo aos Estados-membros.

As Maurícias e a Agenda 2063

A Constituição das Ilhas Maurícias define o território das Maurícias, que compreende, as Ilhas Maurícias, Rodrigues, Agalega, Tromelin, Cargados Carajos e o Arquipélago de Chagos, incluindo Diego Garcia. A implementação da Agenda 2063 é extensiva à totalidade do território das Ilhas Maurícias.

Importa salientar que as Ilhas Maurícias estão impedidas de exercer o controlo soberano e eficaz dos Arquipélagos de Chagos e de Tromelin, face à sua ocupação ilegal por parte do Reino Unido e França respectivamente. O país está cabalmente engajada em relação a Agenda 2063 e concebeu o seu próprio plano de Acção.

Este relatório intercalar abrange o período de 2016-2017. O relatório destaca as medidas tomadas pelas Maurícias visando integrar as principais aspirações e metas da Agenda 2063 no seu quadro de desenvolvimento.

A Visão 2030 das Maurícias circunscreve os seus futuros objectivos de transformação socioeconómica e está harmonizado com os principais ideais da Agenda 2063.

IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2063 NAS MAURÍCIAS

Aspirações	Metas	Áreas Prioritárias	Implementação
1. uma África próspera com base no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável;	(1) Elevados Padrões de Vida, Qualidades de Vida e Bem-estar Social para todos os Cidadãos.		**Redução do desemprego** A criação de postos de trabalho é uma das prioridades definidas pelo Governo A Taxa de Desemprego das Maurícias registou um declínio até 6.60 % em Dezembro de 2016, sendo que a taxa anterior, situava-se em 7.60 % em Setembro de 2015. O Governo está a resolver a questão sobre a incompatibilidade das competências por via da formação em sectores actuais e emergentes da economia das Maurícias. 4000 pessoas foram registadas junto do Programas Nacional de Desenvolvimento para desenvolvimento de competências técnicas com elevado índice de procura. O programa inclui igualmente o processo de colocação.

			Foi de igual modo criado um programa especial para a colocação de 200 engenheiros formandos junto dos órgãos do sector público e feito o alistamento de 2000 desempregados ao abrigo do Programas de emprego jovem. No total, mil jovens estão actualmente a beneficiar de formação em vários sectores, incluindo, os seguintes: TICs, turismo e hotelaria e restauração, serviços de enfermagem e de pronto socorro, bem como construção. Estes formandos recebem um subsídio mensal de Rs 5,000 (cerca de 150 em $EU). Formação específica foi concebida com vista a preparar cerca de 1200 marinheiros para postos de trabalho de cruzeiros e nas empresas do sector da marinha. Como incentivo, os marinheiros estão isentos de pagamento de impostos sob os seus rendimentos. O Governo está a aprimorar os

			hardwares de educação e de infra-estruturas junto das instituições de formação, incluindo, os centros de formação na Ilha de Rodrigues. **Pobreza e desigualdade** O Governo lançou o Plano Marechal Contra a Pobreza destinado a combater a pobreza e a exclusão social. O Plano inclui uma variedade de programas e acções interligadas para auxiliar e capacitar as famílias pobres. Um novo cronograma foi introduzido ao abrigo do qual cada adulto cadastrado junto do Sistema de Protecção Social, tem o direito de receber um subsídio de subsistência mensal baseado na cifra mínima de Rs 2,720 [cerca de 80 $EU com uma cifra máxima de Rs 9,520 [cerca de 280 $EU] para uma família de dois adultos e três crianças. Este cronograma concede as famílias um subsídio de subsistência de 40 por cento

			superior em comparação com a cifra recomendada pelo Banco Mundial. Esta medida entrou em vigor desde 1 de Dezembro de 2016 e 8000 famílias já beneficiaram da mesma. O governo introduziu o conceito de receitas fiscais negativas. Estas medidas permitem que aqueles que auferem Rs9,900 ou menos por mês [aproximadamente 300 $EU] no emprego de pleno tempo, beneficiem de assistência financeira adicional prestada pelo Estado. **Responsabilidade Social Corporativa (CSR)** O Conselho Nacional para os Assuntos Económicos e Sociais foi criado sob a liderança do Primeiro-Ministro para solucionar as principais questões sociais e reforçar o diálogo com o sector privado e a sociedade civil. O Governo implementa o Programa Nacional de Responsabilidade social

			corporativa que requer que as empresas contribuam 2% das suas receitas fiscais em prol da assistência social em seis áreas prioritárias: Alívio da pobreza; apoio do ensino; habitação social; prestação de assistência às pessoas portadoras de deficiência severa; assistência que enfrenta problemas de saúde resultantes do abuso de substâncias e saneamento precário e protecção familiar. Este plano é gerido pelo Fundação CSR que compreende representantes dos sectores públicos e privado. **Segurança Social para a população vulnerável** As Maurícias é um estado que oferece protecção social forte e providencia subsídio de pensão universal à todos os cidadãos acima de 60 anos de idade. Além disso, oferece um subsídio básico de invalidez a todas as pessoas portadoras de deficiência. O Governo lançou igualmente

			um programa especial de bolsas de estudos para cinco estudantes portadores de deficiências para se formarem no ensino terciário localmente. Um outro programa grandioso que visa empoderar as famílias a superar o ciclo da pobreza e atingirem a sua própria autonomia é através do melhoramento das realizações académicas. Por conseguinte, de modo a incentivar os estudantes provenientes de famílias pobres a alcançar níveis elevados de ensino, o Governo concede-lhes um premio monetário conforme se segue: Rs 15 000 (cerca de 429 $EU) pela conclusão bem-sucedida da 9ª classe dentro de um período de escolaridade de nove anos; Rs 25 000 (cerca de 714 $EU) pela conclusão bem-sucedida do Certificado de Ensino de nível ou equivalente ao Certificado de Nível Vocacional; e Rs 35 000 (cerca de 1000 $EU) para aquelas que concluírem com êxitos o

			Certificado Superior de Ensino ou Qualificação Técnica Equivalente. Foi estabelecido o Conselho de Cidadãos Séniores ao abrigo da Lei sobre os Cidadãos Seniores. O Conselho conta com uma rede de Associações de Cidadãos Séniores das Maurícias e recebe uma subvenção anual proveniente do Governo para organizar actividades do ensino, laser e cultural a nível regional. O Ministério da Segurança Social, Solidariedade Nacional e Instituições de Reformas providencia também os seguintes planos de assistencial social: (i) Assistência Social em Dinheiro Numerário; (ii) Reembolso das propinas de exames; (iii) Subsídio aos reclusos soltos;

			(iv) Subsídio as vítimas de cheias, incêndios; (v) Subsídio aos centenários para a compra de medicamentos; (vi) Assistência aos gémeos duplos/triplos; (vii) Subvenção para funerais; (viii) Subsídio de renda para os beneficiários carentes de Subsídio Básico de Pensão, que vivem sozinhos e que pagam rendas; (ix) Subsídios de provedor de cuidados e compaixão, a respeito de uma criança com idade compreendida de 6 meses a 15 anos, no caso de a criança sofrer de alguma deficiência permanente de pelo menos 60% e carece constantemente de cuidados e supervisão conforme certificado pelo Conselho de Médicos;

			(x) Assistência em espécie: Lentes, cadeiras de roda, dispositivo de audição; (xi) Plano de assistência em receitas - Ajuda alimentar - Subsídio em forma de arroz e farinha; (xii) Subsídio de mau tempo concedido aos pescadores. **Nível de Vida Mais Elevado** O Governo está empenhado em providenciar abrigo digno para famílias de baixa renda através da disponibilização de 8 bilhões de Rúpias [aproximadamente 240 milhões de dólares] para a construção, reabilitação e conclusão de habitações.
	(2) Cidadãos bem-qualificados e revolução de competências, apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação. [STI]	Revolução impulsionada pelas competências na CTI	A educação é um pré-requisito fundamental para o desenvolvimento socioeconómico de qualquer país. Para o efeito, o Governo garante uma educação gratuita e transporte gratuito no nível

			pré-primário, primário e secundário. Além disso, para aliviar o encargo financeiro, o Governo garante que todos os alunos que frequentam escolas primárias recebam uma refeição quente gratuita. Para preparar os nossos filhos, o nosso sistema educacional deve evoluir e melhorar. Grandes reformas foram introduzidas a partir deste ano para melhor equipar os nossos jovens para a força de trabalho. **Ensino e Formação nos domínios Técnico e Profissional (TVET)** O sector de TVET está a passar por uma transformação importante por forma a tornar-se um sector vibrante e modernizado que responda às necessidades económicas nacionais, garantindo que todos os formados no sistema de TVET sejam altamente qualificados e prontos para o emprego.

	(3) Cidadãos saudáveis e bem nutridos	Saúde e Nutrição	**Sector da Saúde** Instalações de saúde gratuitas estão disponíveis a todos os cidadãos. O Governo está empenhado em fornecer serviços de saúde universais, acessíveis e de qualidade, sem qualquer custo do usuário. Neste contexto, estão a ser implementadas as seguintes medidas: - Um código especial de ética foi introduzido para os profissionais da saúde. - Um novo Plano Director sobre Cuidados de Saúde Primários está a ser implementado para reduzir a pressão sobre os hospitais regionais; - Para os pacientes que necessitam de cuidados domiciliários, foi estabelecido um sistema de visitas domiciliares de enfermeiros especializados; - Balcões especializados são

			criados a nível dos centros primários de saúde e dos hospitais, para satisfazer as necessidades dos idosos e das pessoas com deficiência; - A implementação de um novo Plano de Acção sobre o VIH/SIDA de 2015-2020 está em andamento com a descentralização dos serviços relacionados com o SIDA em centros comunitários. As medidas básicas centram-se igualmente na conscientização da comunidade e na prestação de serviços de rastreio gratuitos. Actividades de prevenção visam grupos de alto risco, incluindo usuários de drogas injectáveis e prisioneiros.
	(4) Economias transformadas	Crescimento económico sustentável e inclusivo	O Governo tem um forte compromisso e vontade política para promover uma sociedade justa e equitativa. A este respeito, foram adoptadas as seguintes medidas específicas:

			- Foi introduzido um Índice de Desenvolvimento de Género para as Maurícias para medir os progressos na igualdade do género; - O Conselho Nacional das Mulheres Empreendedoras (NWEC) presta apoio e assistência a potenciais e actuais empresárias nas Maurícias.
		Manufactura impulsionada por STI/Industrialização e Acréscimo de valor	Para dar um novo impulso ao sector da manufactura, o Governo está a trabalhar na elaboração de um Plano de Desenvolvimento das Exportações com ênfase numa Estratégia Africana de Exportação que proporcionará um forte apoio às Empresas Orientadas para o Mercado interno com vista a aproveitar as oportunidades nos mercados africanos.
		Hotelaria e restauração/ Turismo	**Turismo** O número de chegadas de turistas no ano de 2016 aumentou em 10,8% chegando a 1.275.227.

			Em 2016, as Viagens e o Turismo contribuíram directamente para a criação de 45.500 postos de trabalho (8.2% do emprego total). Espera-se um aumento de 55 mil empregos (9,4% do emprego total) em 2027. As Maurícias está a trabalhar na criação de atracções turísticas de lazer, nomeadamente: • Um aquário de classe mundial; • Um museu nacional; • Outras atracções turísticas de lazer
	Agricultura moderna para maior produtividade e produção	Produtividade e produção agrícola	Embora a economia das Maurícias tenha diversificado significativamente, o sector agrícola continua a ser um importante pilar da nossa economia. Com vista a aumentar o seu contributo para a economia das Maurícias e aumentar a renda da sociedade pastoral, o

			Governo está a implementar as seguintes medidas: - estabelecimento de um sistema de gestão de terras que empregará de forma produtiva as terras marginais; - Implementação da agricultura e da produção biológica impulsionada pela tecnologia; - Criação de uma Zona Bio-Orgânica e do estudo para o estabelecimento de um Instituto de Biotecnologia; - Imposição de 5% sobre o uso de pesticidas para promover a produção de frutas e legumes saudáveis; - Desconto de frete para permitir a diversificação de produtos agrícolas exportados das Maurícias; - Empréstimos também são fornecidos para auxiliar os

			agricultores com prejuízos nas suas culturas por condições climáticas, pragas e doenças.
	(6) Economia azul/oceânica para o crescimento económico acelerado	Recursos marinhos e energia	As Maurícias considera a economia oceânica como um pilar para o seu futuro crescimento socioeconómico e acredita firmemente na necessidade de preservar o equilíbrio ecológico dos nossos oceanos. O desenvolvimento de um Plano do Espaço Marinho, como componente importante do nosso plano de desenvolvimento sustentável, visa garantir que o capital natural e o valor dos ecossistemas do país sejam mantidos para as gerações futuras - tudo em meio às alterações climáticas (ciclones, surtos, erosão, elevação do nível do mar, etc.). No contexto da promoção do desenvolvimento da economia oceânica, estão a ser desenvolvidas as seguintes

			iniciativas nacionais: - Desenvolvimento acelerado da indústria pesqueira, incentivando o desembarque e a transformação da captura do peixe nas Maurícias; - Criação de instalações comuns em terra para aquicultura e piscicultura; - Empoderar a comunidade de jovens pescadores através de bolsas e empréstimos para ajudá-los a melhorar a sua capacidade produtiva de forma sustentável; - Promover pesquisas sobre a produção de energia marinha renovável; - Promover o cultivo de corais por pescadores e PME; - Alterações a serem feitas na Lei sobre a Zona Marinha para atender o desenvolvimento marinho;

			- Sensibilização sobre as oportunidades económicas resultantes da economia oceânica. Neste contexto, as Maurícias co-organizou conferências internacionais, como a reunião de alto nível intitulada "Reunião Internacional de Alto Nível das Maurícias - Rumo à COP22: Conferência Ministerial Africana sobre Economia oceânica e Alterações Climáticas", com o apoio do Grupo Banco Mundial e o da "Conferência Ministerial da Associação da Cooperação Regional do Oceano Índico, sobre a Economia Azul" com vista a aumentar a conscientização sobre a economia oceânica.
2. Um continente integrado, politicamente unido e baseado nos ideais do pan-africanismo e na visão do renascimento africano.	Infraestruturas de classe mundial em todo continente africano	Conectividade das comunicações e das infraestruturas	Dada a importância das infraestruturas e da conectividade eficientes no desenvolvimento de um país, as Maurícias está a desenvolver uma conectividade por terra, marítima, aérea, bem como informática, moderna e eficiente.

			Programa de Descongestionamento Rodoviário e Projecto Metro Expresso Um sistema de trânsito de massa acessível está a ser desenvolvido juntamente com uma rede de terminais urbanos integrados modernos que compreendem estações de estacionamento, espaço gastronómico, espaços comerciais, áreas dedicadas aos vendedores ambulantes e espaços verdes. Esse projecto é considerado uma revolução. Irá redesenhar totalmente as nossas cidades, criar novos polos de crescimento em torno dos terminais, reduzir drasticamente o tempo de deslocamento dos nossos cidadãos, aumentar a produtividade, eliminar o inconveniente do congestionamento do trânsito, economizar as nossas contas de importação de petróleo e reduzir significativamente a poluição.

			Está em andamento o desenvolvimento de um programa de descongestionamento rodoviário. **Operações portuárias** Estão a ser feitos investimentos em massa no desenvolvimento de infraestruturas portuárias com o objectivo de transformá-lo em polos marítimos regionais De facto, o terminal de contentores alargado das Maurícias estará totalmente operacional até Outubro de 2017, com uma maior capacidade para operar até 750.000 TEU (unidade equivalente a vinte pés). O objectivo é aumentar ainda mais a capacidade para 1,5 milhão de TEU até 2030, através do projecto do terminal da Ilha. **Conectividade aérea** O estabelecimento de um corredor aéreo entre a Ásia e a

			África está totalmente integrado na nossa política de acesso aéreo. **Sector das TIC's** Os principais investimentos são feitos no domínio da conectividade que irá melhorar significativamente a implantação de infra-estruturas de banda larga e sua qualidade. Estas incluem: • investimento num projecto "Terceiro Cabo Submarino" por um consórcio liderado pela Mauritius Telecom. • investimento em redes de fibra óptica por um consórcio de operadores regionais de telecomunicações. Isto irá ligar Maurícias, Reunião, Madagáscar com uma rede de base internacional através da África do Sul. • a aceleração do programa FTTH (fibra óptica até casa) pela Mauritius Telecom para cobrir todas as cidades e vilas até Dezembro de 2017; e

			• um investimento de 200 mil milhões de rupias (cerca de 5 mil milhões de dólares) pela CEB para fornecer banda larga de alta velocidade aos provedores dos serviços de Internet, através da sua rede de cabos de fibra óptica em toda a ilha.
3. Uma África de Boa Governação Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos: Justiça e Estado de Direito	Valores e práticas democráticas, princípios universais dos direitos humanos, justiça e estado de direito consolidados	Democracia e Boa Governação c) direitos humanos, Justiça e o Estado de Direito;	**Promoção dos Direitos Humanos** O governo das Maurícias está a levar a cabo acções a nível nacional para promover e proteger os direitos humanos, inclusive através de instituições nacionais de direitos humanos, a disseminação de instrumentos de direitos humanos, campanhas de consciencialização e programas educacionais. Estas acções visam abranger todos os cidadãos Mauricianos. Neste contexto, o Governo criou um Comité de Monitorização dos Direitos Humanos para analisar as implicações da ratificação e

			adesão aos instrumentos relativos aos Direitos Humanos. **<u>Emendas Constitucionais</u>** Para proceder em conformidade com as constatações do Comité de Direitos Humanos, em Julho de 2014, o Parlamento adoptou a Lei Constitucional (Declaração da Comunidade) (Disposições Temporárias), na qual não mais é obrigatório que um/a candidato/a declare a comunidade a que pertence. A Secção 4 da Lei prevê que, sem prejuízo para o parágrafo 3 da Primeira Adenda Constitucional, um/a candidato/a pode escolher não declarar a comunidade a que ele/a pertence. Na eventualidade do/a candidato/a nessa eleição não declarar a comunidade a que pertence, ele/a será considerado/a como quem optou em não ser considerado para efeitos de alocação de assentos adicionais e não lhe serão atribuídos assentos adicionais.

			Direitos Humanos nas Escolas O Ministério da educação e Recursos Humanos, Ensino Terciário e Investigação Científica integrou os direitos humanos no Currículo do ensino secundário, numa base piloto, desde Janeiro de 2016. **Convenções e Tratados** A nível internacional, as Maurícias fazem parte de todos os principais tratados e todas as convenções sobre os Direitos Humanos. **Revisão Periódica Universal** As Maurícias foram revistas pela segunda vez em 23 de Outubro de 2013. A revisão intercalar foi feita em Maio de 2015 e a próxima RPU/UPR (Revisão Paritária Universal) está programada para Novembro de 2018. **Mecanismo Africano de Revisão dos Pares (MARP)** As Maurícias tiveram a revisão de pares em 2010. Está a ser preparado um relatório de actividades em consulta com o Secretariado do MARP. **Maior representatividade da**

			Mulher na tomada de decisões a nível nacional A representação da mulher no Parlamento aumentou de 3% em 1991 para 5.7% em 2000; 17.1% em 2005 e18.8% em 2010; embora não haja quotas eleitorais para a eleição dos Membros da Assembleia Nacional. Nas últimas Eleições Gerais em Dezembro de 2014, este número baixou para 11.4%. Não obstante, o Governo está totalmente dedicado a promover a participação activa da mulher na política e nas instâncias de tomada de decisões. A nomeação de duas mulheres, uma como Presidente da República e Presidente da Assembleia Nacional, pela primeira vez na história das Maurícias, é testemunho do compromisso do Governo em termos de ter mulheres nos mais elevados pontos de tomada de decisões.
	Instituições capazes e liderança transformativa	● Instituições e Liderança e Desenvolvimento Participa-	A Constituição defende a igualdade para todos os

		tivo e Governação Local	cidadãos das Maurícias. A Constituição também outorgou ao sistema judicial o papel de garantir o funcionamento apropriado da sociedade democrática. Esta tem a responsabilidade de garantir que os poderes legislativos e executivo, sejam executados em conformidade com a Constituição e dentro do limite autorizado pela constituição. De igual modo, tem o dever de salvaguardar os direitos fundamentais que incluem, *inter alia*, a protecção da lei. **Comissão para Oportunidades Iguais** A Comissão para Oportunidades Iguais foi criada como demonstração do compromisso claro das Maurícias de erradicar todas as formas de descriminação. **Provedor de Justiça** O(A) Presidente das Maurícias nomeia um(a) Provedor de Justiça para investigar reclamações/queixas contra funcionários públicos, incluindo oficiais da polícia e guardas

			prisionais. Cidadãos particulares ou ministros, membros do executivo, ou membros da Assembleia Nacional podem solicitar ao(a) Provedor da Justiça que comece um inquérito. **Comissão Independente de Combate a Corrupção (CICC/ICAC).** A Comissão Independente contra a corrupção, em conformidade com a Lei sobre a prevenção da Corrupção, de 2002, a Comissão Independente de combate a Corrupção tem o mandato de promover ligações entre a Comissão e as organizações Internacionais, com vista a promover a cooperação internacional na luta contra a corrupção e branqueamento de capitais. As Maurícias, como membro do Grupo Anti branqueamento de Capitais da África Austral (ESAAMLG) desde 1999 e deve passar por Avaliação Mútua relativa ao Branqueamento de Capitais desde 1999 e são solicitados a submeter-se a uma

			Avaliação Mútua Anti Branqueamento de Capitais e do Combate ao Financiamento do Terrorismo (FATF) em cada 8 anos. A nossa avaliação teve lugar em 2016/2017. **Governação Local** A Lei sobre a Governação Local (2011) prevê: (a) O estabelecimento de autoridades locais por via democrático e detentora de autonomia suficiente para gerir os assuntos locais da sua zona; (b) Que as autoridades locais irão prestar serviços e instalações que garantirão o bem-estar económico e social das suas comunidades locais, de um modo sustentável em termos ecológicos com vista a satisfazer as necessidades presentes e futuras das suas comunidades; (c) um sistema eficaz, eficiente, inclusivo e de

			responsabilização do governo local; (d) Gestão e governação das autoridades locais; (e) As tarefas dos Conselheiros e dos oficiais das autoridades locais; (f) Responsabilização das autoridades locais;
4. (iv) uma África pacífica e segura;	• Paz e segurança e Estabilidade é preservada; • • Uma África Estável e Pacífica	- Manutenção e Preservação da Paz e Segurança; - Estrutura orgânica sobre os Instrumentos da UA em matéria de Paz e Segurança; - Defesa, Segurança e Paz	As Maurícias apoiam a constituição de parcerias fortes entre as organizações regionais e mundiais, a fim de promover a paz e segurança a nível internacional. As Maurícias a todo momento apoiou com firmeza a resolução de litígios por meios pacíficos conforme inscrito na Carta das Nações Unidas e no Acto Constitutivo da União Africana.
5. uma África com uma identidade cultural forte, um património comum, e valores e éticas compartilhadas;	A Renascença Cultural Africana é pré-eminente.	Património Cultural, Artes Criativas e Negócios.	**Património Cultural** As Maurícias envidaram esforços significativos que visam proteger o seu património histórico e promover o seu património cultural imaterial.

			Há dois Sítios de Património Mundial da UNESCO nas Maurícias, nomeadamente o Morne e Aapravasi Ghat. A este respeito, aplica-se o controlo no planeamento rigoroso no desenvolvimento proposto a esses dois sítios, na perspectiva de preservar as suas características históricas. De igual modo, os demais edifícios/sítios alistados como Património Nacional são também protegidos contra o impacto adverso do desenvolvimento. No que concerne ao património cultural imaterial, a Sega Tipik e a Geet Gawai estão inscritos na Lista Representativa da UNESCO do Património Cultural Imaterial da Humanidade. A Sega Tipik das Maurícias é uma dança e arte performativa emblemática da Comunidade Creola Enquanto Geet-Gawai é uma pré-cerimónia de enlace matrimonial que conjuga os

			rituais, orações, cantos, musica e dança. É praticada, principalmente, pelos Mauricianos de descendência de Indianos. O Fundo Nacional para o Património está actualmente a trabalhar em torno da indicação de Sega Tambour de Rodrigues e Sega Chagos para inscrição na lista supra mencionada. O turismo cultural e a produção cineasta estão a ser promovidos através de vários incentivos, tais como um plano de renúncia de filmes, planos de arranque e especiais para os empreendedores do sector da cultura com vista a conceder um novo impulso ao sector e estimular a criatividade artística. Em adição, o Fundo Nacional sobre as Artes e Aldeia de Artistas estão também a ser preparadas. O Governo está a trabalhar no estabelecimento de um Museu de Historia e de Cultura das Maurícias que retrate a história

			das Maurícias.
6. (vi) uma África cujo desenvolvimento é impulsionado pelas pessoas, alicerçado nas potencialidades oferecidas pelos povos africanos, particularmente pelas mulheres e os jovens, e cuidar das crianças;	Igualdade do Género Completa em todas as Esferas da Vida	Programa sobre o Empoderamento da Mulher & Discriminação contra as Mulheres e das raparigas	**Reduzir os níveis de violência** A violência doméstica é um mal social e o Governo estabeleceu uma Coligação Nacional contra a Violência Doméstica. **Incentivar as Mulheres a Trabalhar** O Governo está a trabalhar nas emendas da Legislação sobre o Emprego com vista a atrair mais mulheres à força de trabalho de trabalho e aumentar a produtividade a nível nacional. Esta medida tem por objectivo aumentar o índice de participação das mulheres na força de trabalho nacional da actual cifra de 43.6% para 50% até 2030. **Os Direitos da Criança** O Projecto de Lei sobre as Crianças está em vias de preparação com vista a consolidação da arquitectura jurídico-legal em prol da protecção dos direitos da criança.

			A Política do Governo prevê que as crianças que careçam de ensino especial devam obter a ajuda destinada a superar as suas diferenças e necessidades individuais de modo eficaz. Neste contexto, o governo está a aumentar a prestação de auxilia por via de subvenção às Organizações Não-Governamentais (ONG) que administraram Programas de Necessidades Especiais no Ensino a nível das Escolas no montante de até Rs 110 mil milhões (cerca de 3 mil milhões de $EU). Além disso, um novo Documento de Estratégia relativo as Necessidades de Ensino Especial está em vias de elaboração.
	Jovens e Crianças Engajadas e Capacitadas	Empoderamento juvenil e das crianças	**Actividades relativas à Juventude e as Crianças** Promover o desenvolvimento abrangente da juventude, incluindo, as crianças. O Governo está a agilizar o acesso as actividades

			desportivas, de laser e recreativas. Foi reservada alguma afectação financeira destinadas aos seguintes programas seleccionados: Foi reservada uma afectação financeira para os seguintes programas seleccionados: - Afastamento dos jovens vulneráveis de muitas práticas prejudiciais da sociedade, tais como o uso de drogas; - Incentivar uma maior participação das raparigas adolescentes em actividades desportivas; - Criação de programas estruturados nas áreas de desporto para as crianças em idades escolares após o horário normal das aulas; As Maurícias gere um programa denominado - “Volunteer Mauritius” sob a alçada do Ministério da Juventude e Desportos que concede aos jovens oportunidades para

			aquisição de habilidades para a vida, desenvolver criatividade e consolidar o espírito de equipa.
7. (vii) uma África que seja um parceiro e actor mundial forte, sólido e influente.	África que seja um parceiro grandioso nos assuntos globais e que atinja a coexistência pacífica	O Lugar de África no Palco Mundial. Parceria.	As Maurícias está cabalmente engajada na elevação da voz e dimensão de África nas negociações a nível mundial. Este objectivo pode ser alcançado através de uma África unida, na qual cada estado africano contribua no melhor da sua habilidade e capacidade em prol da concretização dos ideais da Agenda 2063, e os seus projectos emblemáticos. Neste contexto, as Maurícias tomou as seguintes medidas: - As Maurícias teve o privilégio de acolher o lançamento da Plataforma Económica Africana em Março deste ano. A sinergia existente entre o Governo, os sectores privados e académicos em África, foram cristalizados através do acolhimento da Plataforma;

			- As Maurícias continuará a incentivar investimento em África no espírito da busca de soluções Africanas para os problemas Africanos. Neste contexto, o Governo das Maurícias incentiva activamente os actores do sector privado a investir, a partir e através das Maurícias, em Zonas Económicas Especiais para serem estabelecidas através da celebração de acordos de Governos para Governos com o Madagáscar, Senegal e Gana. - As Maurícias está engajada no estabelecimento antecipado da Zona do Comércio Livre Continental e participa activamente nos debates em torno desta matéria. - A nível politico, a solidariedade do povo africano e a liderança constituem pré-requisitos para a habilidade de África, de fazer ecoar a sua voz na

			arena internacional. Esta solidariedade foi recentemente manifestada no dia 22 de Junho de 2017 na altura em que os Estados-membros da ONU votaram a favor da resolução apresentada pelos Estados-Membros da União Africana, solicitando parecer jurídico consultivo do Tribunal Internacional de Justiça, sobre as consequências que podem advir da separação do Arquipélago de Chagos das Maurícias em 1965.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Peace and Security Collection

2017-07-04

Republic of Mauritius Interim Report on the Implementation of Agenda 2063

African Union

DCMP

https://archives.au.int/handle/123456789/9032

Downloaded from African Union Common Repository